

Ano XX nº 5755 – 19 fevereiro de 2018

Manifestação contra Reforma da Previdência

O governo Temer insiste em colocar a reforma da Previdência em votação, mesmo com o cenário completamente adverso. Por isso, os trabalhadores têm de ampliar a resistência e, ao mesmo tempo, colocar pressão nos deputados. Hoje 19/02, em todo o país, acontecem protestos e paralisações contra a proposta que acaba com a aposentadoria dos brasileiros. Os atos acontecem enquanto os deputados iniciam as discussões sobre a reforma.

O brasileiro deve ficar ligado e saber o posicionamento do parlamentar que votou. Em outubro tem eleição, não dá para reeleger aqueles que são eleitos para defender os interesses da sociedade, mas fazem justamente o contrário. Atendem ao grande capital, sobretudo o sistema financeiro, por trás de todas as reformas que retiraram direitos dos trabalhadores.



É preciso democratizar a mídia brasileira

A grande mídia sabe da capacidade de grande influência e usa da pior forma. Perdeu o compromisso com o bem estar da sociedade, de informar e ajudar a educar através de informações verdadeiras. Os grandes grupos de comunicação, detentores das maiores audiências no país, suprimem informações em benefício próprio e de grandes empresários, favorecem políticos e manipulam o cenário nacional.

A Constituição Federal dedica um capítulo inteiro à Comunicação Social, mas até hoje não foi regulada em sua totalidade por leis específicas. Um dos artigos que não virou lei diz claramente que “os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

Mas, no Brasil, a mídia é monopolizada. Poucas famílias detêm o controle da maioria dos grandes meios de comunicação. Assim, é possível informar apenas o que lhe convém, excluindo divergências que possam afetar seus interesses políticos e econômicos.

Sem o acesso ao contraditório, os meios de comunicação na verdade estão exercendo um tipo de censura peculiar. Ao suprimir informações que poderiam dar ao ouvinte, leitor, expectador uma visão mais ampla do quadro político do país para que assim possam tirar suas próprias conclusões. Mas, na realidade, eles usam os veículos para atender aos próprios interesses em detrimento do interesse da sociedade brasileira.

Proposta determina nova política para reajuste do salário mínimo

Um projeto de lei que estabelece uma política de valorização do salário-mínimo no longo prazo está em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta, de autoria do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), determina que o reajuste seja calculado com base no crescimento da economia, medido pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) dois anos antes ou 6% ao ano, o que for maior; somado à variação da inflação apurada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior.

A regra valerá para os 10 primeiros anos após a proposta ser transformada em lei. Em caso de deflação, não será usado o INPC. A partir do 10º ano de edição da lei, o Executivo poderá alterar a apuração do aumento real do salário mínimo desde que seja, no mínimo, de 6% ao ano.

Atualmente, o reajuste do mínimo (Lei 13.152/15) segue a variação do PIB de dois anos, somado à inflação e é válido até 2019. Caso as taxas de crescimento real do PIB sejam revistas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para cima, a compensação será feita no aumento do ano seguinte, sem retroatividade.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.